

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do reequilíbrio financeiro

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia reconhece:

- (a) Reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do atraso do início das operações do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher;
- (b) Aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável; e
- (c) Recomposição patrimonial decorrente do atraso do Poder Concedente em liberar as áreas necessárias para o início das obras de construção do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

Devido a relevância e subjetividade do assunto e o potencial impacto desses assuntos nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto significativo para auditoria.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (a) Avaliação do ambiente de controle interno no que tange ao processo de atualização do Reequilíbrio adotado pela Companhia;
- (b) Avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia;
- (c) Teste documental, em base amostral, sobre a base de contraprestações mensais e aportes realizados pelo poder concedente;
- (d) Recalculo da atualização monetária de multa e juros;
- (e) Confronto das informações da memória de cálculo com o contrato de concessão e *legal opinion* dos advogados da Companhia;
- (f) Teste documental sobre os recebimentos ocorridos; e
- (g) Avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas explicativas	31/12/2024	31/12/2023		Notas explicativas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	36.844	24.400	Fornecedores	-	2.410	6.130
Ativo financeiro de concessão	6	100.367	97.558	Empréstimos e financiamentos	10.1	21.522	28.443
Contas a receber	7	11.563	11.695	Instrumentos financeiros derivativos	10.2	-	633
Impostos e contribuições a compensar	8	3.406	1.506	Arrendamento mercantil	13	411	383
Adiantamentos a fornecedores	9	4.208	15.285	Obrigações e encargos trabalhistas	11	5.035	4.904
Outros créditos	-	937	950	Obrigações tributárias	12	3.150	5.228
		<u>157.325</u>	<u>151.394</u>	Partes relacionadas	-	12	12
				Dividendos	-	362	401
						<u>32.902</u>	<u>46.134</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos diferidos	14.1	8.586	9.391	Empréstimos e financiamentos	10.1	225.952	246.450
Contas a receber	7	109.293	109.077	Arrendamento mercantil	13	-	381
Ativo financeiro de concessão	6	465.363	477.069	Partes relacionadas	-	238	233
		<u>583.242</u>	<u>595.537</u>	Impostos diferidos	14.2	160.752	148.915
				Provisões	15	25.252	20.283
				Receita diferida	16	2.514	2.729
						<u>414.708</u>	<u>418.991</u>
Ativo Imobilizado	-	7	9	Total do passivo		<u>447.610</u>	<u>465.125</u>
Ativo intangível	-	916	1.441	Patrimônio líquido			
Ativo financeiro em formação	-	-	380	Capital social	17.1	69.282	69.282
		<u>584.165</u>	<u>597.367</u>	Reserva legal	17.2	12.748	10.938
				Reserva de Lucros	-	211.850	203.416
				Total do patrimônio líquido		<u>293.880</u>	<u>283.636</u>
Total do ativo		<u><u>741.490</u></u>	<u><u>748.761</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>741.490</u></u>	<u><u>748.761</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas líquidas		151.455	173.618
Custos dos serviços prestados	19	(108.058)	(130.184)
Lucro bruto	18	43.397	43.434
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(20.545)	(17.025)
Outras despesas/receitas operacionais		394	352
Lucro antes do resultado financeiro		23.246	26.761
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	72.057	76.820
Despesas financeiras	22	(35.633)	(41.016)
		36.424	35.804
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição social		59.670	62.565
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.3	(12.463)	(10.169)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	14.3	(11.002)	(12.028)
Lucro líquido do exercício		36.205	40.368

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>36.205</u>	<u>40.368</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>36.205</u>	<u>40.368</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativa	Capital Social		Reserva de Lucros		Lucro líquido do exercício	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Em 31 de dezembro de 2022		69.282	69.282	8.920	164.323	-	242.525
Reversão de dividendos	-	-	-	-	1.144	-	1.144
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	40.368	40.368
Constituição da reserva legal	-	-	-	2.018	-	(2.018)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	38.350	(38.350)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 2023	-	-	-	-	(401)	-	(401)
Em 31 de dezembro de 2023		69.282	69.282	10.938	203.416	-	283.636
Reversão de dividendos 2023	-	-	-	-	401	-	401
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	36.205	36.205
Constituição da reserva legal	17.2	-	-	1.810	-	(1.810)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	34.395	(34.395)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 2024	17.3	-	-	-	(362)	-	(362)
Distribuição de dividendos	17.3	-	-	-	(26.000)	-	(26.000)
Em 31 de dezembro de 2024		69.282	69.282	12.748	211.850	-	293.880

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.670	62.565
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	-	(4.138)
Variações monetárias sobre ativo financeiro de concessão	(72.117)	(73.028)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	31.686	35.543
Provisão para reinvestimento e contingências	4.969	4.681
Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins)	180	936
Receita diferida	(216)	692
Depreciações e amortizações	527	548
	<u>24.700</u>	<u>27.799</u>
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	92.286	88.543
Contas a receber de clientes	132	(633)
Impostos e contribuições a compensar	(1.807)	(220)
Reequilíbrio financeiro	(216)	12.385
Adiantamentos a fornecedores	11.077	(8.097)
Outras contas a receber	14	7
Fornecedores	(3.719)	(1.033)
Obrigações e encargos trabalhistas	131	2.170
Obrigações tributárias	(2.078)	1.573
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(11.002)	(12.028)
Pagamento de juros e principal arrendamento mercantil - CPC 06	(376)	(236)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	<u>109.517</u>	<u>110.228</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições do ativo financeiro em formação	(10.984)	(33.399)
Aquisição de ativo intangível	-	(163)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(10.984)</u>	<u>(33.562)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Empréstimos e financiamentos		
Captação de empréstimos	-	10.000
Pagamento de principal	(29.284)	(28.431)
Pagamento de juros	(30.838)	(35.298)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	<u>(60.122)</u>	<u>(53.729)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Dividendos pagos aos acionistas	(26.000)	-
Contas-correntes com partes relacionadas	34	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>(25.966)</u>	<u>-</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>12.444</u>	<u>22.937</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	24.400	1.463
No fim do período	36.844	24.400
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>12.444</u>	<u>22.937</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação dos Hospitais Estaduais de São Paulo.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato a Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Partes. As assinaturas ocorreram em 01 de setembro de 2015 (Hospital Estadual de São José dos Campos) e 31 de março de 2018 (Hospital Centro de Referência de Saúde da Mulher), ambos prorrogáveis pelo mesmo período, mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 17 de fevereiro de 2025.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Pronunciamentos novos aplicados pela primeira vez em 2024

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;

d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;

A Companhia concluiu que as alterações às normas não tiveram impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

3.2. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimentos até três anos, indexadas ao CDI e baixo risco de crédito, por serem emitidos ou geridos por bancos de primeira linha, são mantidas com a finalidade de rentabilizar o caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's, compromissadas com Lastro de Terceiros e Fundos de Investimentos com compromisso de recompra pelos bancos emissões com rentabilidade que variam entre 89% a 107% do CDI.

3.3. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente.

3.4. Contas a receber

O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro (vide nota explicativa nº7) junto a Secretaria do Estado de Saúde.

A recomposição do equilíbrio contratual está assegurada no contrato de concessão. Atendendo às regras do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, o reequilíbrio financeiro é reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia quando a entrada dos benefícios econômicos é praticamente certa.

As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo poder concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo poder Concedente.

3.5. Impostos e Contribuições

Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por retenções na fonte de imposto de renda, créditos de pagamento a maior, antecipações e saldos negativos de IRPJ e CSLL.

3.6. Adiantamento a fornecedor

Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente.

A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

3.9. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.10. Contratos de arrendamento

Os bens relacionados aos contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo financeiro em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso.

Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.12. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.13. Apurações do resultado

A receita de construção é reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

3.14. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.4. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's, compromissadas com Lastro de Terceiros e Fundos de Investimentos com compromisso de recompra pelos bancos emissões com rentabilidade que variam entre 89% a 107% do CDI.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.098	13.966
Aplicações financeiras		
Banco Bradesco - CDB's	-	7.520
Banco Itaú	30.502	-
Banco Santander S/A	1.572	1.411
Banco Daycoval S/A	1.672	1.503
	<u>36.844</u>	<u>24.400</u>

6. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2023	Movimentação	31/12/2024
Ativo financeiro de concessão	972.219	11.364	983.583
Atualização do ativo financeiro	276.568	72.118	348.686
Recebimentos de aportes	(434.647)	-	(434.647)
Recebimentos Contraprestação fixa	(239.513)	(92.286)	(331.799)
Retenção na fonte das notas de contraprestação		(93)	(93)
	<u>574.627</u>	<u>(8.897)</u>	<u>565.730</u>
		31/12/2023	31/12/2024
Circulante		97.558	100.367
Não Circulante		477.069	465.363

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

7. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Parcela Variável	11.418	11.738
Receita Acessória	186	88
Direito de exploração	(41)	(131)
Reequilíbrio financeiro	109.293	109.077
	<u>120.856</u>	<u>120.772</u>

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	11.563	11.695
Não Circulante	109.293	109.077

A linha direito de exploração refere-se à participação da Secretária do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

Abaixo, segue movimentação dos valores de reequilíbrio financeiro:

	31/12/2023	Reequilíbrio	Atual. Financeira	Recebimento / Baixa	31/12/2024
Atraso no início da operação HCSRМ (a)	4.924	-	365	(928)	4.361
Triênio - HSJC (b)	5.617	-	-	(5.617)	-
Triênio - HCSRМ (b)	363	-	-	(363)	-
Atraso no início da construção HCSRМ (c)	94.566	10.366	-	-	104.932
Diferencial de alíquota ISS	3.606	-	-	(3.606)	-
	<u>109.077</u>	<u>10.366</u>	<u>365</u>	<u>(10.514)</u>	<u>109.293</u>

- a) Em 2022, a Companhia protocolou junto à Secretaria do Estado de Saúde, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do contrato de concessão. O pedido contempla a frustração do recebimento das contraprestações fixas e variáveis consequentes do atraso do início das operações do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher. Em 28/12/2023 a Companhia recebeu o montante de R\$ 14.278 mil a título de recomposição cautelar e em dezembro de 2024, a Companhia recebeu o montante de R\$ 928 a título de complemento conforme cálculo efetuado pela Secretaria do Estado de Saúde. Permanece registrado no balanço da Companhia o montante de R\$ 4.361 que permanece em análise decorrente do Pleito da Companhia;
- b) Em dezembro de 2024, foi recebido o montante de R\$ 2.193 para o Hospital São José de Clínicas (HSJC) e R\$ 363 para o Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher (HCSRМ), referente ao reajuste trienal complementar da Parcela Variável do Complexo Hospitalar. O reajuste leva em consideração a variação de custos de mão de obra comparados aos índices de inflação, conforme previsto na Cláusula 25.2 dos contratos de concessão administrativa;
- c) Em 2022 a Companhia protocolou um pedido de recomposição patrimonial devido ao atraso do Poder Concedente em liberar as áreas necessárias para o início das obras de construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher (HCSRМ), no montante de R\$ 94.566. A metodologia utilizada para o cálculo do reequilíbrio financeiro foi a aplicação do fluxo de caixa marginal, apurado na postergação da obra do HCSRМ, com recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Isso gerou um Valor Presente Líquido (VPL) equivalente a zero em fevereiro de 2014, utilizando uma taxa de desconto de 8,63% (média de 3 meses da NTN-B 2045 + Spread de 2,5%), conforme previsto no contrato de concessão. Em 2024, este reequilíbrio sofreu um complemento de pleito efetuado no montante de R\$ 17.278, dos quais reconhecemos 60%, mantendo o critério utilizado anteriormente. Os valores estão atualmente em discussão entre as partes envolvidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

8. Impostos e contribuições a compensar

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos federais		
IRPJ a recuperar	2.227	391
CSLL a recuperar	57	82
Demais impostos a recuperar	805	742
	<u>3.089</u>	<u>1.215</u>
Impostos municipais		
ISS a recuperar	317	291
	<u>317</u>	<u>291</u>
Total de impostos e contribuições a compensar	<u>3.406</u>	<u>1.506</u>

9. Adiantamento a fornecedor

Os adiantamentos são efetuados ao fornecedor a título de pagamentos antecipados pela contratação de serviços e materiais a serem aplicados na obra ou na prestação de serviços ao cliente. Os adiantamentos serão liquidados mediante a efetiva prestação dos serviços e entrega dos referidos materiais como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	-	10.000
Demais fornecedores	4.208	4.218
Swisslog Healthcare Italy S.P.A. SU	-	1.067
	<u>4.208</u>	<u>15.285</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

10. Empréstimos, financiamentos e instrumentos derivativos

10.1. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas Contratuais	Vencimento final	31/12/2024			31/12/2023
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
BNDDES - Ponte A (a)	IPCA+3,17%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	1.374	18.282	19.656	20.723
BNDDES - Ponte B (a)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	2.205	29.171	31.376	33.095
BNDDES - Capital de giro (b)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	2.722	36.007	38.729	40.850
BNDDES - Financiamento (c)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 4,16%a.a.	Março de 2036	6.166	106.498	112.664	117.225
(-) Custos na transação			(283)	(2.189)	(2.472)	(2.747)
			12.184	187.769	199.953	209.146
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
1º emissão de debêntures (d)	CDI + 3,60% a.a.	Agosto de 2029	8.430	38.402	46.832	54.351
(-) Custos na transação			(353)	(700)	(1.053)	(1.431)
			8.077	37.702	45.779	52.920
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
Daycoval leasing - Banco Multiplo (e)	Pré fixada 0,8336% coeficiente	Julho de 2025	1.295	487	1.782	3.566
(-) Ajuste a valor presente			(34)	(6)	(40)	(134)
			1.261	481	1.742	3.432
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
Banco Bocom (h)	CDI +2,68 a.a.	Fevereiro de 2024	-	-	-	9.395
			-	-	-	9.395
			21.522	225.952	247.474	274.893

- a) Em fevereiro de 2023 a Companhia captou R\$ 10.000 em empréstimo denominado em moeda estrangeira para recomposição do fluxo de caixa junto ao Banco Bocom. O valor principal é acrescido de juros para o qual foi contratado operação de “swap” com o objetivo de proteção contra riscos de mudança das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

10.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui a operação de SWAP abaixo, no qual tem a posição ativa indexada ao SOFR e como contrapartida passiva o indexador é o CDI, a amortização do valor principal é de acordo com o vencimento do contrato de empréstimo ao qual o contrato SWAP está atrelado.

O efeito da operação de SWAP está registrado na Rubrica “Instrumento financeiro derivativo” no Balanço Patrimonial a longo prazo do passivo.

Valor original	Contratação	Vencimento final	Ponta ativa	Saldo ativo	Ponta passiva	31/12/2023	Instrumento financeiro derivativo
10.000	02/2023	02/2024	SOFR + 3,51% a.a.	933	CDI + 2,68% a.a.	933	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

O cronograma de amortizações dos empréstimos está demonstrado a seguir:

Empréstimos	2026	2027	2028	2029 a 2036	Total
Ponte A	1.401	1.548	1.706	13.627	18.282
Ponte B	2.249	2.482	2.732	21.708	29.171
Capital de Giro	2.776	3.063	3.372	26.796	36.007
Empréstimos	6.156	6.831	7.558	85.953	106.498
	12.582	13.924	15.368	148.084	189.958

Debêntures	2026	2027	2028	2029 a 2036	Total
Banco Bradesco	9.109	10.074	11.142	8.077	38.402
	9.109	10.074	11.142	8.077	38.402

Leasing	2026
Banco Daycoval	487
	487

Garantias da operação

A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias (CPP) à Companhia.

Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, carta fiança junto ao banco Itaú:

Garantias da operação	Contrato	Data de abertura	Data vencimento	Saldo
Fiança BNDES	422050014200	01/06/2022	01/04/2026	12.392
Fiança BNDES	422050014300	01/06/2022	01/04/2026	2.239
Fiança BNDES	422050014400	01/06/2022	01/04/2026	3.553
Fiança BNDES	422050014500	01/06/2022	01/04/2026	4.386
				22.570

Cláusulas contratuais – covenants

Os contratos de empréstimos e emissões de debêntures possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

ICP - Índice de Capita Próprio (ICP) igual ou superior a 0,30;

Após o atingimento do completion físico e financeiro, a Companhia poderá realizar pagamentos aos sócios ou acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício social, observando as seguintes condições:

ICSD igual ou superior a 1,50 - a beneficiária poderá distribuir recursos, independente da anuência prévia do BNDES;

ICSD inferior a 1,50 e superior a 1,30 - a beneficiária poderá distribuir até 25% do resultado, independente de anuência prévia do BNDES;

ICSD inferior a 1,30, fica a beneficiária vedada a distribuição de resultados sem prévia anuência do BNDES.

Os covenants financeiros vinculados aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	293.880	283.637
Ativo Total	741.490	748.761
ICP	0,40	0,38

ICP - Índice de Capita Próprio (ICP) igual ou superior a 0,30.

	31/12/2024	31/12/2023
Geração Operacional de Caixa	105.120	103.824
Ebitda ajustado	116.122	115.852
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	(11.002)	(12.028)
Serviço da dívida	59.139	66.293
Pagamento de juros	31.117	36.922
Pagamento de principal	28.022	29.371
ICSD	1,78	1,57

ICSD - Índice sobre cobertura da dívida - igual ou superior a 1,30.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

11. Obrigações trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	986	999
Férias a pagar	171	185
Pensão Alimentícia a Pagar	1	26
Participação no Resultado a Pagar	-	-
Empréstimo Consignado	15	-
Contribuição Assistencial a Pagar	1	-
Inss a pagar	745	744
Fgts a pagar	207	214
IRRF a pagar	372	417
Provisões	2.537	2.319
	<u>5.035</u>	<u>4.904</u>

12. Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS a recolher	1.458	1.889
ISS a recolher	475	670
INSS retido na fonte	70	445
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	205	447
Pis a recolher	266	395
ISS na fonte	86	134
IR retido na fonte	3	35
ICMS a Pagar	2	25
IRPJ a pagar	-	586
CSLL a pagar	585	602
	<u>3.150</u>	<u>5.228</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

13. Arrendamento mercantil

Os saldos das contas correntes passivas representam operações com arrendamento mercantil.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas-correntes passivas		
Sub-locação de imóvel	250	245
	<u>250</u>	<u>245</u>
Passivo circulante	<u>12</u>	<u>12</u>
Passivo não circulante	<u>238</u>	<u>233</u>

A Companhia possui contrato de sublocação e compartilhamento de despesas do escritório administrativo. O contrato foi reconhecido como direito de uso no Ativo Intangível de acordo com as regras do CPC 06 - Arrendamento mercantil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

14. Impostos diferidos registrados no ativo, passivo e demonstração do resultado

14.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal		
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	7.308	22.956
Prejuízo fiscal do exercício - IRPJ	(7.308)	(15.648)
Base ajustada - IRPJ	-	7.308
Imposto de renda diferido	-	1.827
Prejuízo fiscal		
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	7.751	22.956
Prejuízo fiscal do exercício - CSLL	(7.751)	(15.205)
Base ajustada - CSLL	-	7.751
Contribuição social diferido	-	697
Bases temporárias		
Base de cálculo temporária exercícios anteriores	20.195	15.514
Movimentação da base do diferido, líquidos	5.059	4.681
Base ajustada	25.254	20.195
Imposto de renda diferido	6.313	5.049
Contribuição social diferido	2.273	1.818
Imposto de renda e contribuição social registrados no ativo	8.586	9.391

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidas contabilmente levando em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas, externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

14.2. Impostos diferidos registrados no passivo

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de R\$ 160.752 (148.915 em 31 de dezembro de 2023), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção e variações monetárias sobre ativo financeiro e recebimentos futuros de reequilíbrio financeiro.

Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	16.664	17.677
Variação monetária do ativo financeiro	45.562	38.408
Reequilíbrio financeiro	27.019	24.588
	<u>89.245</u>	<u>80.673</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	5.999	6.364
Variação monetária do ativo financeiro	16.402	13.827
Reequilíbrio financeiro	9.726	8.851
	<u>32.127</u>	<u>29.042</u>
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	3.741	3.963
Variação monetária do ativo financeiro	1.185	999
Reequilíbrio financeiro	1.760	1.743
	<u>6.686</u>	<u>6.705</u>
Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	17.268	18.289
Variação monetária do ativo financeiro	7.290	6.145
Reequilíbrio financeiro	8.136	8.061
	<u>32.694</u>	<u>32.495</u>
Total dos impostos diferidos passivos	<u>160.752</u>	<u>148.915</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

14.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	31/12/2024	renda	Social	31/12/2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	59.670	59.670	59.670	63.028	63.028	63.028
Adições	66.422	64.986	66.422	78.507	77.033	78.507
Realização da margem da construção	5.304	5.304	5.304	5.944	5.944	5.944
Realização da variação monetária	43.501	43.501	43.501	38.818	38.818	38.818
Bases temporárias	5.059	5.059	5.059	4.681	4.681	4.681
Reequilíbrio financeiro	10.548	10.548	10.548	25.114	25.114	25.114
Outras adições	2.010	574	2.010	3.950	2.476	3.950
Exclusões	84.656	84.656	84.656	89.376	89.376	89.376
Margem da construção	1.252	1.252	1.252	4.138	4.138	4.138
Variação monetária sobre contrato de concessão	72.118	72.118	72.118	73.028	73.028	73.028
Reequilíbrio financeiro	10.765	10.765	10.765	11.774	11.774	11.774
Outros	521	521	521	436	436	436
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	41.436	40.000	41.436	52.158	50.684	52.158
Compensações de prejuízos fiscais	(7.310)	(7.753)	(7.310)	(15.647)	(15.205)	(15.647)
Base de cálculo após compensações	34.126	32.247	34.126	36.511	35.479	36.511
Imposto calculado	(8.507)	(2.902)	(11.409)	(9.104)	(3.193)	(12.297)
(-) PAT Programa de atenção ao trabalhador	205	-	205	219	-	219
(-) Doações	202	-	202	50	-	50
Impostos correntes registrados no resultado	(8.100)	(2.902)	(11.002)	(8.835)	(3.193)	(12.028)

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	31/12/2024	renda	Social	31/12/2023
Ativo financeiro de concessão	1.013	365	1.378	452	163	615
Variação monetária do ativo financeiro	(7.154)	(2.576)	(9.730)	(8.553)	(3.079)	(11.632)
Reequilíbrio financeiro	(2.430)	(875)	(3.305)	3.336	1.201	4.537
Bases temporárias	1.265	455	1.720	1.170	421	1.591
Prejuízo fiscal	(1.828)	(698)	(2.526)	(3.912)	(1.368)	(5.280)
Impostos diferidos registrados no resultado	(9.134)	(3.329)	(12.463)	(7.507)	(2.662)	(10.169)

15. Provisões

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para reinvestimento	25.252	20.194
Contingência trabalhista	-	89
	25.252	20.283

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

A companhia está envolvida em outro processo cível, surgido no curso normal dos seus negócios, o qual, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perdas classificadas como possíveis, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para, eventualmente, fazer face aos desfechos desfavoráveis dos mesmos. O montante desse processo está assim composto:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contingência cível	162.450	-
	<u>162.450</u>	<u>-</u>

16. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias nos Hospitais, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Os valores demonstrados abaixo representam a outorga recebida para exploração do Hospital Estadual de São José dos Campos e Centro de Referência em Saúde da Mulher.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita diferida	2.514	2.729
	<u>2.514</u>	<u>2.729</u>

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 69.282, representado por 61.660.598 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado.

17.2. Reserva legal

Constituída no montante de R\$ 12.748, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

17.3. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim. A Companhia constituiu o valor de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 362. Em 2024, a administração decidiu pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 26.000, utilizando o saldo da conta de reserva de lucros.

18. Lucro bruto

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de construção da concessão	11.364	37.550
Receita da concessão	144.656	139.130
Receitas acessórias	1.569	1.145
Receita de reequilíbrio financeiro	4.624	8.169
(-) Deduções sobre receitas acessórias	(368)	(206)
Tributos sobre construção da concessão	(415)	(1.363)
Tributos sobre concessão	(10.024)	(9.620)
Tributos sobre receitas acessórias	(145)	(102)
Tributos sobre receita de reequilíbrio	194	(1.084)
Receita operacional líquida (b)	<u>151.455</u>	<u>173.619</u>
(-) Custo da construção	(10.112)	(33.412)
(-) Custo da operação	(97.946)	(96.772)
Lucro bruto (a)	<u>43.397</u>	<u>43.434</u>
Margem % ((a) / (b))	<u>28,65%</u>	<u>25,02%</u>

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

19. Custos

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços contratados	(37.887)	(38.461)
Custo com pessoal	(28.583)	(28.019)
Manutenção predial	(12.066)	(11.131)
Serviços de TI	(8.155)	(5.680)
Reposição do ativo financeiro	(1.375)	(3.701)
Provisão	(3.005)	(3.085)
Materiais e equipamentos hospitalares	(3.338)	(2.121)
Outros	(3.537)	(4.574)
	<u>(97.946)</u>	<u>(96.772)</u>
Custos da operação	(97.946)	(96.772)
(-) Custo de construção da concessão	(10.112)	(33.412)
	<u>(108.058)</u>	<u>(130.184)</u>

20. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(15.766)	(13.275)
Serviços de terceiros	(1.397)	(1.699)
Despesas gerais	(1.826)	(1.421)
Impostos e taxas	(966)	(918)
Depreciações e amortizações	(590)	(548)
Outras despesas/receitas administrativas	-	836
	<u>(20.545)</u>	<u>(17.025)</u>

21. Receitas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Variações monetárias sobre ativo financeiro	72.117	73.207
Variações monetárias sobre reequilíbrio financeiro	(418)	3.701
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.404	2.568
Multa e juros sobre reequilíbrio financeiro	-	860
Outras receitas financeiras	209	277
Impostos sobre receitas financeiras	(4.255)	(3.793)
	<u>72.057</u>	<u>76.820</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

22. Despesas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre empréstimos	(30.889)	(35.543)
Variações monetárias sobre reinvestimento	(2.054)	(1.595)
Comissões bancárias	(1.046)	(1.164)
Custos nas transações com empréstimos	(651)	(705)
Despesas com SWAP	(114)	(692)
Juros de mora	(351)	(352)
Iof sobre operações financeiras	(20)	(202)
Juros sobre leasing	(94)	(110)
Juros sobre arrendamento	(51)	(84)
Outras Despesas financeiras	(363)	(569)
	<u>(35.633)</u>	<u>(41.016)</u>

23. Informações complementares de Ebitda

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme o ICPC 01 - Contratos de concessão. Um ativo financeiro é constituído quando há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. As parcelas fixas referente a remuneração do ativo financeiro não transitam pela Demonstração do Resultado do Período, desta forma a Administração da Companhia optou em demonstrar o Ebitda ajustado considerando o recebimento da parcela fixa do Ativo financeiro de concessão conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	23.246	26.761
(+)depreciações/amortizações	590	548
Ebitda	<u>23.836</u>	<u>27.309</u>
(+) Parcela fixa - Ativo financeiro	92.286	88.543
Ebitda ajustado	<u>116.122</u>	<u>115.852</u>

24. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

Fornecedor	Riscos cobertos	Montante da Cobertura
Pottencial Seguradora	Constr. E Ações Tranalhistas	44.674
Axa Seguros S.A	R.C. de Administradores e Diretores - D&C	30.000
Fairfax Company	Responsabilidade Civil Geral	10.000
Fairfax Company	Responsabilidade Civil Geral	10.000
Tokio Marine	Riscos Nomeados e Operacionais (HCSRM)	505.407
Tokio Marine	Riscos Nomeados e Operacionais (HSJ)	381.879

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

25. Eventos subsequentes

Até a data da publicação das demonstrações contábeis, não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 "Evento Subsequente".